

VOLKSWAGEN SERVIÇOS FINANCEIROS

BRASIL



Relatório de Gerenciamento de Riscos – Circular nº 3.477

1º Trimestre de 2014



INTRODUÇÃO.....	3
ESTRUTURA DE GERENCIAMENTO DE RISCOS E CAPITAL.....	3
ESTRUTURA DE GOVERNANÇA CORPORATIVA DE GERENCIAMENTO DE RISCOS E CAPITAL.....	4
ASPECTOS QUALITATIVOS DAS ESTRUTURAS DE GERENCIAMENTO DE RISCOS E CAPITAL.....	5
Risco Operacional.....	5
Risco de Mercado.....	10
Risco de Liquidez.....	13
Risco de Crédito.....	16
Gerenciamento de Capital.....	18
INFORMAÇÕES DO PATRIMÔNIO DE REFERÊNCIA (PR).....	19
DÍVIDAS SUBORDINADAS POR PRAZO DE VENCIMENTO.....	20
INFORMAÇÕES RELATIVAS AO PATRIMÔNIO DE REFERÊNCIA EXIGIDO (PRE) E ADEQUAÇÃO AO PATRIMÔNIO DE REFERÊNCIA (PR).....	21
INFORMAÇÕES RELATIVAS ÀS EXPOSIÇÕES A RISCO DE CRÉDITO.....	23
INFORMAÇÕES RELATIVAS AOS INSTRUMENTOS MITIGADORES DO RISCO DE CRÉDITO.....	26
INFORMAÇÕES RELATIVAS AO RISCO DE CRÉDITO DE CONTRAPARTE.....	26
INFORMAÇÕES RELATIVAS ÀS OPERAÇÕES DE VENDA DE ATIVOS FINANCEIROS.....	30



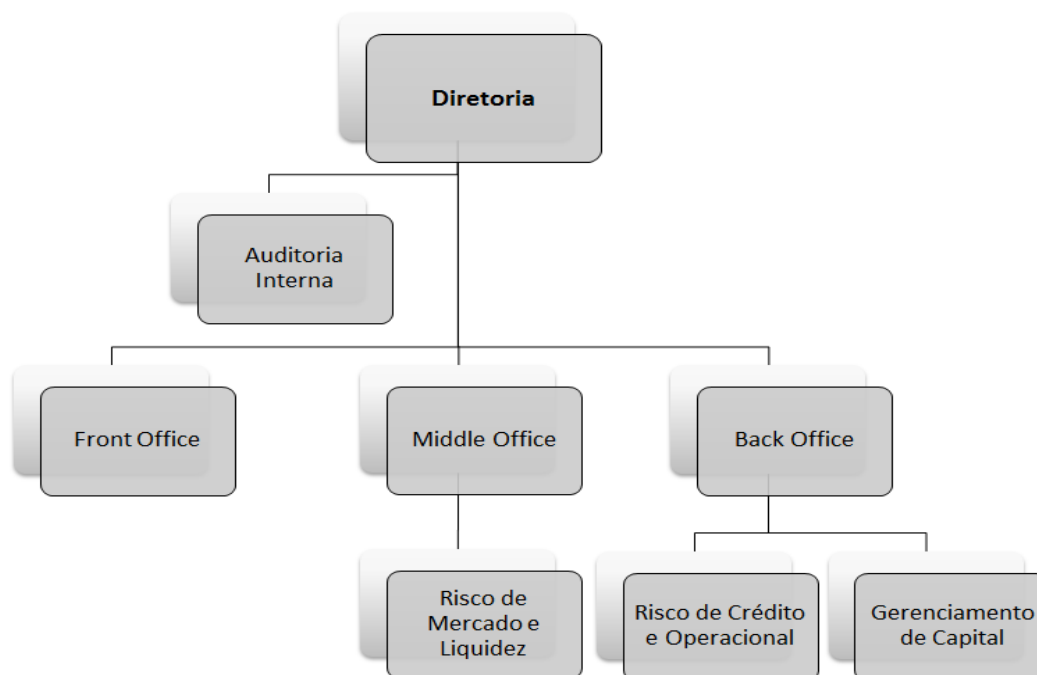
INTRODUÇÃO

A Circular nº 3.477/99 do Banco Central do Brasil (BACEN) estabeleceu os critérios a serem observados sobre a divulgação de informações referentes à Gestão de Risco, Patrimônio de Referência Exigido (PRE) e adequação do Patrimônio de Referência (PR).

O objetivo deste relatório é informar o gerenciamento de riscos do Banco Volkswagen S.A. (“Instituição”), apresentando de forma detalhada as práticas de gestão e as políticas que compõem o gerenciamento de riscos da Instituição. Além disso, demonstra a necessidade da adequação do capital para cobrir tais riscos.

ESTRUTURA DE GERENCIAMENTO DE RISCOS E CAPITAL

A instituição constituiu a sua estrutura de Gerenciamento de Riscos e Capital da seguinte forma:



PRINCIPAIS ATRIBUIÇÕES:

Diretoria de *Middle Office*:

- Implementar a estrutura de Gerenciamento de Risco de Mercado e Liquidez;
- Implementar as políticas de Risco de Mercado e Liquidez e suas revisões no mínimo anualmente;
- Prover os recursos necessários à gestão de Risco de Mercado e Liquidez;
- Responsável pelas informações referentes ao Risco de Mercado e Liquidez enviadas ao BACEN.



Diretoria de Back Office:

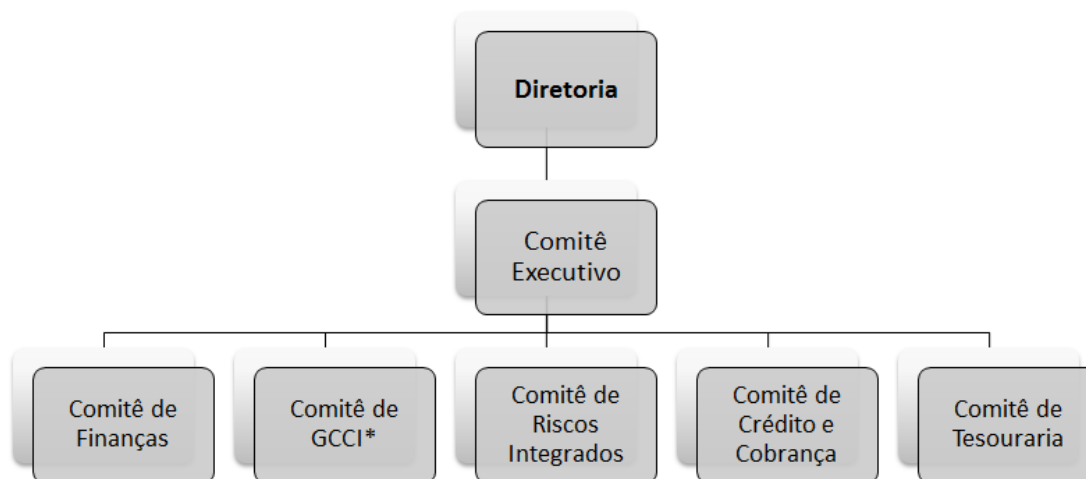
- Implementar as estruturas de Gerenciamento de Risco de Crédito e Operacional;
- Implementar as políticas de Risco de Crédito e Operacional e suas revisões no mínimo anualmente;
- Prover os recursos necessários à gestão do Risco de Crédito e do Risco Operacional;
- Responsável pelas informações referentes ao Risco de Crédito e Operacional.
- “Sponsor” dos Comitês de Finanças, de GCCI*, de Crédito e Cobrança, de Riscos Integrados e de Tesouraria.

Auditoria Interna

Verifica se os procedimentos adotados nas áreas estão de acordo com as políticas internas e os normativos publicados pelo Conselho Monetário Nacional – CMN e Banco Central do Brasil – BACEN.

ESTRUTURA DE GOVERNANÇA CORPORTIVA DE GERENCIAMENTO DE RISCOS E CAPITAL

A estrutura de governança corporativa é respaldada por uma estrutura de comitês. Destacamos os seguintes comitês que têm envolvimento com o gerenciamento de riscos e de capital:



(*) – Governança Corporativa, Compliance e Controles Internos.

PRINCIPAIS ATRIBUIÇÕES:

Comitê de Finanças

Approva políticas e estratégias financeiras, contábeis e tributárias da Instituição, inclusive sobre divulgação de informações ao mercado. Define a estratégia de gestão de capital, visando assegurar a sua adequação em relação à complexidade das operações. Realiza efetivo acompanhamento dos aspectos regulatórios e o resultado das auditorias interna e externa, além das fiscalizações de órgãos regulatórios.



Comitê de Governança Corporativa, Compliance e Controles Internos (GCCI)

Avalia e propõe ações para o aprimoramento das boas práticas de governança corporativa, aprova estratégias relacionadas à disseminação da cultura em conformidade com as normas aplicáveis à Instituição, controles internos e prevenção e combate aos crimes de lavagem de dinheiro e financiamento ao terrorismo. Aprova as matrizes de risco e planos de ação identificados no mapeamento dos diversos processos da Instituição.

Comitê de Riscos Integrados

Define a estratégia e alcance de risco da Instituição, aprova políticas e planos de iniciativas de riscos de crédito, mercado, liquidez, operacional e valor residual assegurando a adequada gestão dos riscos. Avalia os impactos dos riscos relevantes no resultado final e atua para garantir a segurança necessária para um crescimento sustentável.

Comitê de Crédito e Cobrança

Aprova políticas de crédito e cobrança que assegurem a qualidade do portfólio, bem como os processos operacionais que impactem diretamente no adequado cumprimento destas políticas, gerando um ambiente operacional seguro e alinhado com a estratégia estabelecida para o Risco de Crédito da Instituição.

Comitê de Tesouraria

Analisa e decide estratégias para operações da Tesouraria, com base no cenário econômico, limites operacionais, *matching* da carteira, fluxo de caixa e estratégia de captação/aplicação.

ASPECTOS QUALITATIVOS DAS ESTRUTURAS DE GERENCIAMENTO DE RISCOS E DE CAPITAL

A Instituição considera o gerenciamento de riscos fundamental para a tomada de decisão, proporcionando maior confiabilidade, otimização da relação risco x retorno e melhor alocação de capital.

Em conformidade com a Resolução do CMN nº 3.988/11, a Instituição implementou uma estrutura para gerenciamento de capital.

Apresenta-se abaixo, as estruturas, estratégias, ferramentas para o gerenciamento de Risco Operacional, Risco de Mercado, Risco de Liquidez e Risco de Crédito, bem como para o Gerenciamento de Capital.

RISCO OPERACIONAL

Risco Operacional é a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas, sistemas ou eventos externos, segundo a Resolução do CMN nº 3.380/06. Esta definição inclui o risco legal definido como a possibilidade de perdas decorrentes de inadequação ou deficiência em contratos firmados pela Instituição, multas, penalidades ou indenizações resultantes de ações de órgãos de supervisão e controle, indenizações por danos a



terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas pela Instituição, bem como perdas decorrentes de decisão ou precedentes desfavoráveis em processos judiciais ou administrativos.

A Instituição considera os seguintes eventos de Risco Operacional:

- Fraude interna;
- Fraude externa;
- Demandas trabalhistas e segurança deficiente no local de trabalho;
- Práticas inadequadas relativas a clientes, produtos e serviços;
- Danos a ativos físicos próprios ou em uso pela Instituição;
- Eventos que acarretem a interrupção das atividades da Instituição;
- Falhas em sistemas de tecnologia da informação;
- Falhas na execução, cumprimento de prazos e gerenciamento das atividades na Instituição.

Para atender aos objetivos estratégicos e ao adequado gerenciamento de riscos, a estrutura da Instituição está alinhada às orientações do grupo *Volkswagen Financial Services AG*, aos requerimentos do Acordo de Basileia e às exigências do Conselho Monetário Nacional – CMN e Banco Central do Brasil – BACEN, definidos na Resolução do CMN nº 3.380/06.

A diretoria de *Back Office* foi definida como a responsável pela gestão de Risco Operacional. A estrutura de Risco Operacional, subordinada a essa diretoria, controla e monitora a questão seguindo normas de órgãos reguladores e corporativas. Adicionalmente, a área de Controle Internos, subordinada à mesma diretoria, é responsável por mapear riscos e controles, efetuar os testes de controles e monitorar a implementação dos planos de ação definidos.

Principais responsabilidades associadas à Gestão do Risco Operacional:

A) Comitê de Riscos Integrados¹

- Aprovar a estrutura de Gerenciamento de Risco Operacional;
- Avaliar e aprovar as políticas, diretrizes, metodologias e ferramentas utilizadas na gestão de riscos operacionais;
- Manifestar-se a cerca das ações a serem implementadas para a correção tempestiva das deficiências apontadas no Relatório de Gerenciamento de Risco Operacional;
- Responsabilizar-se pelas informações divulgadas no relatório de acesso público;
- Aprovar e avaliar indicadores de Risco Operacional (KRI);
- Deliberar sobre planos de ações necessários não relacionados a matrizes;
- Aprovar e monitorar planos de ações corretivas (ação, nível do risco, datas e responsáveis) para mitigação de risco operacional.

B) Diretoria de *Back Office*

- Implementar a estrutura aprovada de Gerenciamento de Risco Operacional;
- Prover recursos para a estrutura aprovada;
- Promover a cultura de riscos e controles internos nas atividades regulares da Instituição;
- Ser o *sponsor* do Comitê de Riscos Integrados e Comitê de GCCI (Governança, Compliance e Controles Internos).

1. Composto pelos departamentos de Risco, Governança Corporativa, Compliance e Controles Internos, Finanças e Administração, Planejamento Estratégico, Tecnologia da Informação, diretoria de *Front Office*, *Middle Office* e *Back Office*.



C) Comitê de Governança, Compliance e Controles Internos²

- Avaliar e propor ações para o aprimoramento das boas práticas de Governança Corporativa;
- Aprovar estratégias relacionadas à disseminação da cultura em conformidade com as normas aplicáveis à instituição, controles internos e prevenção e combate aos crimes de lavagem de dinheiro e financiamento ao terrorismo;
- Aprovar as matrizes de risco e planos de ação identificados no mapeamento dos diversos processos da instituição.

D) Gerenciamento de Risco Operacional

- Definir metodologias, ferramentas, políticas e procedimentos internos de risco operacional;
- Identificar, avaliar, monitorar e controlar os riscos operacionais da Instituição;
- Monitorar a exposição da Instituição ao risco operacional;
- Orientar os gestores das áreas sobre o correto reporte das informações de eventos de perdas de risco operacional;
- Gerar relatórios de reporte sobre as informações de risco operacional para gestão de risco operacional das áreas;
- Disseminar e promover a cultura de risco operacional aos funcionários e para os prestadores de serviços terceirizados;
- Capacitar a equipe de trabalho, coordenar e aplicar treinamentos sobre a metodologia de risco operacional utilizada;
- Documentar, armazenar e gerenciar a base de perdas operacionais e reportá-las à Diretoria para implementação de planos de ação e redução das perdas;
- Organizar e secretariar o Comitê de Riscos Integrados;
- Desenvolver, monitorar, controlar e reportar os indicadores chaves de Risco Operacional com objetivo de identificar tendências e buscar mitigadores para futuras perdas;
- Atender as demandas de órgãos reguladores, órgãos fiscais e auditorias;
- Disponibilizar os planos de ação corretiva para monitoramento da área de Governança Corporativa, Compliance e Controles Internos;
- Monitorar riscos relativos aos prestadores de serviços terceirizados;
- Avaliar os riscos operacionais de novos produtos da Instituição, bem como de modificação de produtos existentes;
- Elaborar, com periodicidade mínima anual, relatórios com a identificação e correção tempestiva das deficiências de controle e de gerenciamento do risco operacional;
- Estabelecer, implementar e divulgar um processo estruturado de comunicação e informação do gerenciamento de riscos operacionais;
- Disponibilizar a estrutura de gerenciamento de risco operacional em relatórios de acesso público.

E) Áreas de Negócio

- Validar as matrizes de riscos e controles conforme cronograma de revisões;
- Reportar os eventos de risco operacional ao departamento de Risco Operacional, de acordo com os padrões e prazos estabelecidos, ou sempre que necessário;
- Implementar os planos de ação para mitigação do risco operacional sob sua gestão;
- Monitorar e controlar os riscos operacionais de sua área;
- Reportar mensalmente as perdas de risco operacional ocorridas.

2. Composto pelos departamentos de Risco, Governança Corporativa, Compliance e Controles Internos, Finanças e Administração, Operações de Campo, Tecnologia da Informação, diretoria de *Front Office*, *Middle Office* e *Back Office*.



F) Representantes de Risco Operacional

- Responsável pela avaliação e mitigação de riscos em sua área e pela correta orientação dos colaboradores na gestão de risco.

G) Departamento de Contabilidade

- Divulgar informações sobre a estrutura de gestão de risco operacional nas demonstrações financeiras;
- Realizar o cálculo de alocação de capital de risco operacional.

H) Departamento de Governança Corporativa, Compliance e Controles Internos

A estrutura de Controles Internos está inserida na Área de GCCI – Governança Corporativa, Compliance e Controles Internos tendo como principal objetivo de mapear e avaliar os controles internos que mitigam os riscos operacionais e riscos de distorções significativas nos demonstrativos contábeis mapeados, auxiliando assim as áreas envolvidas e a alta administração³ na identificação de erros e fraudes nos processos que asseguram a integridade das demonstrações financeiras. As principais responsabilidades da área de controles internos são:

- Definir escopo e cronograma da revisão anual das matrizes de riscos, validando-os junto à área de Risco Operacional;
- Elaborar as matrizes de risco, identificando e documentando riscos e controles;
- Mapear riscos operacionais e riscos de erros significante em demonstrativos financeiros e identificar os seus principais mecanismos de controles;
- Identificar, avaliar e testar os controles-chave e classificá-los de acordo com sua relevância, tipo e frequência nas matrizes de risco;
- Recomendar melhorias para sanar as deficiências de controles identificadas;
- Acompanhar a implementação dos planos de ações e monitorar para mitigar os riscos;
- Submeter os planos de ação definidos baseado na avaliação dos controles ao Comitê de Governança Corporativa, Compliance e Controles Internos;
- Disseminar a cultura de gestão de controles internos e riscos para funcionários e terceiros relevantes;
- Elaborar o relatório relativo à Resolução do CMN nº 2.554/98, informando as deficiências de controles e ações para sua mitigação.
- Elaborar o relatório de gerenciamento de risco operacional relativo à Resolução do CMN nº 3.380/07, informando as deficiências de controles e ações para sua mitigação.

I) Tecnologia da Informação – Governança

- Implementar plano de contingência contendo as estratégias a serem adotadas para assegurar condições de continuidade das atividades e para limitar perdas;
- Efetuar testes periódicos sobre o plano de contingência e continuidade de negócios.

Normativas

Conjunto de políticas, normas e manuais internos voltados à documentação e orientação das estratégias, métodos e procedimentos. Dentre os documentos adotados, destacam-se:

3. Diretoria de *Front Office*, *Middle Office* e *Back Office*.



- “POLÍTICA DE RISCO OPERACIONAL”: documento que define as diretrizes, os conceitos, as responsabilidades para o gerenciamento de risco operacional com intuito de identificar, avaliar, mensurar, mitigar, controlar e monitorar os riscos operacionais.
- “POLÍTICA DE *OUTSOURCING*” – documento que define diretrizes, conceitos, papéis e responsabilidades com o objetivo de minimizar os riscos que a contratação de serviços terceirizados (*outsourcing*) pode trazer à Instituição.
- “MANUAL DE GESTÃO DO RISCO OPERACIONAL”: descreve o modelo de gerenciamento adotado pela Instituição, contemplando processos, procedimentos e metodologias utilizadas para esta finalidade.
- “MANUAL DE BASE DE DADOS DE PERDAS DE RISCOS OPERACIONAIS”: descreve o modelo de gerenciamento de perdas associadas a riscos operacionais adotado pela Instituição, contemplando processos, procedimentos, reportes e metodologias utilizadas para esta finalidade.
- HANDBOOK FOR THE MANAGEMENT OF OPERATIONAL RISKS”: documento com diretrizes de Gerenciamento de Risco Operacional definidas pela Volkswagen Financial Services AG que aplica-se a todos os funcionários que trabalham para empresas da Volkswagen Financial Services AG em todo o mundo.
- “POLÍTICA BUSINESS CONTINUITY MANAGEMENT”: descreve as bases para a implementação das exigências regulatórias e internas da empresa para o Business Continuity Management, a fim de garantir que em caso de uma crise (catástrofe, desastre) as operações de negócios sejam mantidas em um nível que atenda essas exigências.
- “REGIMENTO INTERNO DO COMITÊ DE GOVERNANÇA CORPORATIVA, COMPLIANCE E CONTROLES INTERNOS”: Avalia e propõe ações para o aprimoramento das boas práticas de governança corporativa, aprova estratégias relacionadas à disseminação da cultura de conformidade com as normas aplicáveis a Instituição, controles internos e prevenção e combate aos crimes de lavagem de dinheiro e financiamento ao terrorismo. Aprova as matrizes de risco e planos de ação identificados no mapeamento dos diversos processos da Instituição.
- “PROCEDIMENTO DE COMITÊS DE GESTÃO DA VWFS”: oficializa e estabelece as orientações e critérios a serem observados para a constituição, inclusão de participante(s), manutenção e descontinuação dos comitês de gestão da Instituição.
- POLÍTICA DE CONTROLES INTERNOS: estabelece os conceitos, as formas de avaliação e o acompanhamento do sistema de controles internos das empresas que compõem a Volkswagen Serviços Financeiros - VWFS.

Metodologias

O gerenciamento de riscos operacionais é realizado através das seguintes metodologias:

- Entendimento dos processos executados na Instituição para o cumprimento de seus objetivos de negócio;



- Identificação, através de matrizes de risco operacional, dos riscos associados aos processos, considerando a relevância de cada risco e a existência de controles internos associados;
- Avaliação e qualificação dos riscos e controles operacionais em base periódica, contribuindo para determinar o impacto desses riscos e do grau de eficácia dos controles internos (vulnerabilidade);
- Testes de controle que são realizados para confirmar se os processos de mitigação de riscos identificados (controles) foram colocados em prática;
- Definição e acompanhamento de planos de ação com o objetivo de diminuir / mitigar os riscos operacionais existentes;
- Definição e acompanhamento de Indicadores Chave de Riscos Operacionais relacionados às classificações de riscos do BACEN;
- Ações contingenciais para os riscos relevantes de descontinuidade dos negócios;
- Mapeamento e armazenamento das perdas históricas associadas a risco operacional;
- Avaliação de risco dos prestadores de serviços classificados como *Outsourcing*;
- Avaliação de riscos operacionais no desenvolvimento de novos produtos e na modificação de produtos existentes;
- Plano de Contingência e Plano de Recuperação de Desastres (DRP).

Todas estas metodologias encontram-se apresentadas nas políticas e manuais associados à gestão de Risco Operacional, Controles Internos e também como plano de continuidade de negócios e todos os conceitos para esta gestão. Tais metodologias são condizentes com as melhores práticas, visando mitigar riscos operacionais, estando de acordo com às exigências regulatórias vigentes.

O processo de comunicação e informação dos riscos ocorre com a periodicidade trimestral nos Comitês de Riscos Integrados e de Governança Corporativa, Compliance e Controles Internos.

A área de Risco Operacional dissemina a cultura de monitoramento dos riscos operacionais na Instituição junto aos colaboradores e estagiários, através de treinamentos presenciais e eletrônicos, propagando assim a importância dos processos de gestão de Risco Operacional.

A Instituição em atendimento à Circular BACEN nº 3640/13, adotou o Método Padronizado Alternativo para o cálculo da parcela referente ao Patrimônio de Referência Exigido (PRE) para a cobertura do Risco Operacional (RWAopad).

RISCO DE MERCADO

Risco de Mercado é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas em função da flutuação nos valores de mercado de posições detidas por uma instituição financeira. Entre os eventos de risco de mercado estão os das operações sujeitas à variação cambial, das taxas de juros, dos preços de ações e dos preços de mercadorias (commodities).

Visando atender aos objetivos estratégicos e ao adequado gerenciamento, a estrutura de gerenciamento de risco de mercado da Instituição está alinhada às orientações do grupo Volkswagen Financial Services AG, aos requerimentos do Acordo de Basileia e às exigências do CMN e BACEN.

Dessa forma, a Instituição implementou uma função voltada ao gerenciamento deste risco como parte de sua Governança Corporativa.



Em conformidade com a Resolução do CMN nº 3.464/07, o departamento de Gerenciamento de Risco de Mercado e Liquidez atua de forma independente das áreas de negócios, e é subordinada à diretoria de *Middle Office* (Operações). Atendendo às recomendações e normas dos órgãos reguladores, e utilizando-se de metodologias e modelos alinhados às melhores práticas do mercado nacional e internacional, diariamente o risco de mercado é mensurado, avaliado e monitorado, de acordo com as políticas, diretrizes e limites operacionais estabelecidos em comitê específico.

Principais responsabilidades associadas à gestão do risco de mercado:

A) Diretoria de *Middle Office*

- Prover os recursos necessários de acordo com a estrutura aprovada e anualmente referendando as políticas, processos e procedimentos de acordo com as estratégias corporativas, promovendo a cultura de controles internos nas atividades regulares da organização.

B) Gerenciamento de Risco de Mercado

- Definir a metodologia, ferramentas, políticas e procedimentos internos;
- Utilizar sistemas para identificar, avaliar, monitorar e controlar os riscos de mercado do conglomerado financeiro;
- Monitorar a execução da metodologia de gestão de risco de mercado na Instituição;
- Monitorar a exposição da Instituição em relação aos limites estabelecidos;
- Monitorar política de classificação de carteiras;
- Realizar simulações de condições extremas de mercado (testes de estresse) e testes de avaliação de sistemas;
- Elaborar relatórios gerenciais para reportar o risco de mercado para os departamentos afetados, para a diretoria e para a matriz Volkswagen Financial Services AG;
- Reportar imediatamente aos Comitês de Tesouraria e Riscos Integrados os casos em que sejam identificados excessos em relação aos limites estabelecidos;
- Identificar os riscos inerentes à reformulação ou à criação de novas atividades e produtos, bem como analisar, previamente ao seu lançamento, a adequação aos procedimentos e controles adotados pela Instituição;
- Capacitar a equipe de trabalho, coordenando a aplicação de treinamentos sobre a metodologia utilizada, quando necessário.

C) Normativas

Conjunto de políticas, normas e manuais internos voltados à documentação e orientação das estratégias, métodos e procedimentos relativos ao gerenciamento do risco de mercado. Dentre os documentos adotados, destaca-se:

- “POLÍTICA DE GERENCIAMENTO DE RISCO DE MERCADO”: documento com enfoque estratégico, que define as diretrizes, conceitos, estrutura organizacional, papéis e responsabilidades;

D) Metodologias

Para o monitoramento e controle da exposição ao Risco de Mercado, a Instituição adotou as seguintes ferramentas:



- **Análise de descasamentos de Ativos e Passivos:** agrupamento de saldos marcados a mercado, por moeda e por carteira, com seu respectivo prazo de duração. Possui o macro-objetivo de avaliar preliminarmente os descasamentos entre ativos e passivos;
- **VaR (Value at Risk):** mede a pior perda estimada ao longo de determinado horizonte de tempo (1 dia), sob condições normais de mercado e dentro de um determinado intervalo de confiança (99%);
- **Testes de Estresse:** visão gerencial de potencial perda de capital da instituição (patrimônio) com a aplicação de testes de cenários de alta volatilidade para um horizonte de tempo indeterminado, sendo considerados como apoio no estabelecimento e revisão das políticas e limites internos de exposição ao risco de mercado para fins de adequação de capital. Em conformidade com a Resolução do CMN nº 3.464/07, a área simula o comportamento da carteira em condições extremas de mercado. Os testes de estresse regulatórios são realizados com periodicidade mínima mensal, conforme Circular BACEN nº 3.365/07.
- Adicionalmente aos testes de estresse regulatórios, trimestralmente à área de Back Office de Tesouraria – Risco de Mercado e Liquidez realiza os testes de estresse considerando os cenários da BM&FBovespa,, Histórico e Regulatório (Circular BACEN nº 3.365/07). Os resultados são apresentados ao Comitê de Tesouraria.
- **Análise de Sensibilidade:** medida que demonstra o impacto que a carteira sofreria caso um determinado fator de risco se alterasse em uma determinada unidade.
- **EVE – Economic Value of Equity:** Simula os impactos das oscilações das taxas de juros no Valor Econômico da Instituição.

E) Classificação das Carteiras

A segregação das carteiras da Instituição foi definida da seguinte forma:

Carteira de Negociação (Trading Book): Consiste em todas as operações com instrumentos financeiros e mercadorias, inclusive derivativos, detidas com a intenção de negociação ou destinadas a hedge de outros elementos da carteira de negociação, e que não estejam sujeitas à limitação da sua negociabilidade.

Carteira de Não Negociação (Banking Book): Consiste nas operações mantidas até o vencimento, sem intenção de negociação.

Devido à natureza e características de suas operações, assim como os seus objetivos de negócio, a Instituição classifica como fora da carteira de negociação as seguintes operações que compõe as suas posições financeiras:

- Operações ativas (operações de crédito e de aplicações);
- Operações passivas (operações de captação)
- Operações de derivativos utilizadas para hedge da carteira.

F) Limites Operacionais

A estrutura de limites adotada tem por objetivo permitir a atuação do departamento de Tesouraria de forma transparente e eficiente, mediante as restrições para contratação e carregamento de posições. Os principais limites operacionais adotados pela Instituição são:



- Limites de *VaR* (perdas máximas potenciais);
- Limite de descasamento entre Ativos e Passivos (*Target Structure*).

G) Capital Regulatório – Cálculo Parcela Rban

Em atendimento a Circular BACEN nº 3.365/07, para mensuração e controle do risco de taxa de juros da Carteira Banking, a Instituição adotou a metodologia EVE – *Economic Value of Equity*.

Esta metodologia consiste em apurar o valor presente da carteira utilizando as taxas de juros de mercado e também os cenários projetados pelo departamento de Risco de Mercado e Liquidez. Estes cenários são elaborados considerando uma amostra de 5 anos e um horizonte de tempo de 10 dias.

A carteira é marcada a mercado utilizando a curva de juros da data da análise e também a curva projetada pela área de Risco de Mercado e Liquidez. A diferença entre os dois cenários é o risco de taxa de juros da Carteira Banking.

H) Processo

O Gerenciamento de Risco de Mercado é realizado diariamente. O processo de comunicação e informação de risco ocorre com periodicidade diária para Alta Administração e mensal por meio de apresentação em Comitê de Tesouraria composto pelos departamentos de Tesouraria, Risco, Gerência Executiva de Administração e Finanças, Administração de Operações Gerais, diretoria de *Middle Office*, diretoria de *Back Office* e diretoria de *Front Office*. Além disso, a comunicação é realizada aos membros do Comitê, com a periodicidade menor que a citada anteriormente, em caso de extrapolação dos limites estabelecidos.

A Instituição possui políticas, manual de processo e instruções operacionais de trabalho que apresentam os principais conceitos, metodologia utilizada, limites estabelecidos em Comitê específico e as responsabilidades de cada departamento envolvido na gestão de Risco de Mercado.

O controle de riscos é realizado de forma sistêmica por meio de metodologias e modelos condizentes com as melhores práticas, permitindo embasar decisões estratégicas da Instituição com agilidade e elevado grau de confiança, além do atendimento de critérios regulamentares vigentes.

RISCO DE LIQUIDEZ

Risco de Liquidez é a possibilidade de a Instituição não honrar seus compromissos em razão dos descasamentos entre pagamentos e recebimentos, considerando as diferentes moedas e prazos de liquidação de seus direitos e obrigações.

Visando atender aos objetivos estratégicos e ao adequado gerenciamento, a estrutura de gerenciamento de risco de liquidez da Instituição está alinhada às orientações do grupo Volkswagen *Financial Services AG*, aos requerimentos do Acordo de Basileia e às exigências do CMN e BACEN.

Dessa forma, a Instituição implementou uma função voltada ao gerenciamento deste risco como parte de sua Governança Corporativa.



Em conformidade com a Resolução do CMN nº 4.090/12, a área de Gerenciamento de Risco de Liquidez atua de forma independente das áreas de negócios e é subordinada à diretoria de *Middle Office* (Operações). Atendendo às recomendações e normas dos órgãos reguladores, e utilizando-se de metodologias e modelos alinhados às melhores práticas do mercado nacional e internacional, diariamente o risco de liquidez é mensurado, avaliado e monitorado, de acordo com as políticas, diretrizes e limites operacionais estabelecidos em comitê específico.

Principais responsabilidades associadas à gestão do risco de liquidez:

A) Diretoria de *Middle Office*

- Prover os recursos necessários de acordo com a estrutura aprovada e anualmente referendando as políticas, processos e procedimentos de acordo com as estratégias corporativas, promovendo a cultura de controles internos nas atividades regulares da organização.

B) Gerenciamento de Risco de Liquidez

- Definir a metodologia, ferramentas, políticas e procedimentos internos;
- Utilizar sistemas para identificar, avaliar, monitorar e controlar o risco de liquidez do conglomerado financeiro;
- Monitorar a execução da metodologia de gestão de risco de liquidez na Instituição;
- Monitorar a exposição da Instituição em relação aos limites estabelecidos;
- Elaborar relatórios gerenciais para reportar o risco de liquidez para os departamentos afetados, para a diretoria e para a matriz Volkswagen Financial Services AG;
- Reportar imediatamente aos Comitês de Tesouraria e Riscos Integrados os casos em que sejam identificados excessos em relação aos limites estabelecidos;
- Identificar os riscos inerentes à reformulação ou à criação de novas atividades e produtos, bem como analisar, previamente ao seu lançamento, a adequação aos procedimentos e controles adotados pela Instituição;
- Capacitar a equipe de trabalho, coordenando a aplicação de treinamentos sobre a metodologia utilizada, quando necessário.

C) Normativas

Conjunto de políticas, normas e manuais internos voltados à documentação e orientação das estratégias, métodos e procedimentos relativos ao gerenciamento do risco de liquidez. Dentre os documentos adotados, destaca-se:

- “POLÍTICA DE GERENCIAMENTO DE RISCO DE LIQUIDEZ”: documento com enfoque estratégico, que define as diretrizes, conceitos, estrutura organizacional, papéis e responsabilidades;

D) Metodologias

A metodologia contempla os seguintes instrumentos:

- **Fluxo de Caixa:** É a previsão de entradas e saídas de recursos por um determinado período, com o objetivo de garantir a solidez financeira da Instituição no curto, médio e longo prazo.



- **Teste de Aderência:** Técnica que consiste em verificar se os resultados do modelo estão de acordo com os resultados apurados, com o objetivo de validar o cenário elaborado para necessidade de caixa e se suas premissas estão dentro de um padrão minimamente aceitável de variação.
- **Colchão de Liquidez:** Formado pelos recursos em caixa que podem ser usados para pagamento das obrigações de uma Instituição, em momentos de volatilidade do mercado.
- **Teste de Estresse:** Técnica de avaliação da resposta de uma carteira de ativos ou obrigações em relação a variações extremas de liquidez que influenciam essa carteira. O propósito do teste de estresse é quantificar a perda de uma carteira caso uma situação adversa de mercado específica ocorra.
- **Plano de Contingência de Liquidez:** Procedimento de gestão a ser adotado quando a projeção de liquidez em curto prazo indica a definição de níveis inferiores ou no caso de falta de recursos e agravamento da crise no mercado financeiro.

E) Limites Operacionais

A estrutura de limites adotada tem por objetivo permitir a atuação do departamento de Tesouraria de forma transparente e eficiente, mediante as restrições para contratação e carregamento de posições. Os principais limites operacionais adotados pela Instituição são:

- Limite de Colchão de Liquidez;
- Limites Bancários;

F) Processo

O Gerenciamento de Risco de Liquidez é realizado diariamente. O processo de comunicação e informação de risco ocorre com a periodicidade diária ao departamento de Tesouraria e mensal por meio de apresentação em Comitê de Tesouraria, composto pelos departamentos de Tesouraria, Risco, Gerência Executiva de Finanças e Administração, Administração de Operações Gerais, diretoria de *Middle Office*, diretoria de *Back Office* e diretoria de *Front Office*. Além disso, a comunicação é realizada aos membros do Comitê, com a periodicidade menor que a citada anteriormente, em caso de extrapolação dos limites estabelecidos.

A Instituição possui políticas, manual de processo e instruções operacionais de trabalho que apresentam os principais conceitos, metodologia utilizada, limites estabelecidos em Comitê específico e as responsabilidades de cada departamento envolvido na gestão de Risco de Liquidez.

O controle de riscos é realizado de forma sistêmica por meio de metodologias e modelos condizentes com as melhores práticas, permitindo embasar decisões estratégicas da Instituição com agilidade e elevado grau de confiança, além do atendimento de critérios regulamentares vigentes.



RISCO DE CRÉDITO

Risco de Crédito é a possibilidade de ocorrência de perda decorrente do não cumprimento de seus compromissos, por parte do devedor, nas datas acordadas previamente. Este risco está relacionado a fatores externos à empresa e podem prejudicar o pagamento do crédito concedido.

O Risco de Crédito varia de acordo com: o perfil dos clientes, produtos e serviços oferecidos, valor solicitado e a instituição que concede o crédito.

Visando atender aos objetivos estratégicos e à adequada gestão de riscos, a estrutura de Gerenciamento de Risco de crédito da Instituição está alinhada às orientações da Matriz Volkswagen Financial Services AG, aos requerimentos do Acordo de Basileia e às exigências do CMN e BACEN.

Dessa forma, a Instituição implantou uma função voltada ao gerenciamento deste risco como parte de sua Governança Corporativa.

A diretoria de *Back Office* foi definida como a responsável pela gestão do risco de crédito. A estrutura de Risco de Crédito, subordinada a essa diretoria, é responsável pelo controle e monitoramento do risco de crédito seguindo normas de órgãos reguladores e normas corporativas.

Os principais papéis e responsabilidades associadas à gestão do risco de crédito são:

A) Diretoria de *Back Office*

Responsável por prover os recursos necessários à gestão do risco de crédito de acordo com a estrutura aprovada e referendar as políticas, processos e procedimentos de acordo com as estratégias corporativas, permitindo identificar, mensurar, controlar e mitigar os riscos associados a cada instituição individualmente e ao conglomerado financeiro.

B) Gerenciamento de Risco de Crédito

A Instituição efetua a gestão do risco de crédito do conglomerado financeiro e das respectivas instituições integrantes. Dentre suas atribuições destacam-se:

- Aprimoramento, aferição e elaboração de inventários de seus modelos para crédito e cobrança;
- Monitoramento do desempenho do portfólio de crédito;
- Definição das políticas de crédito e cobrança alinhadas ao apetite de risco da Instituição;
- Monitoramento das concentrações de inadimplência e perdas;
- Fechamento e análise das provisões para devedores duvidosos;
- Identificação de novos componentes que representem riscos de crédito;

A estrutura dedicada ao controle e monitoramento do risco de crédito atua por meio de normativos e metodologias condizentes com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição da Instituição.



C) Normativas

Conjunto de políticas e normas internas voltado à documentação e orientação das estratégias, métodos e procedimentos relativos ao gerenciamento do risco de crédito. Todo esse conjunto é submetido à aprovação de um Comitê, composto por membros de departamentos envolvidos nos processos por meio de reuniões realizadas mensalmente, com objetivo de recomendar e aprovar as estratégias e políticas do risco de crédito. Dentre os documentos adotados destacam-se o Manual de Risco.

D) Metodologias

A metodologia contempla os seguintes instrumentos:

- Modelagem analítica de *scoring* para concessão, gestão de crédito e cobrança;
- Modelos de rating de crédito;
- Monitoramento e validação dos modelos estatísticos;
- Apuração e cálculo do valor futuro dos riscos das carteiras – *forecast*;
- Processo para realização de testes de *stress*;
- Modelo de LGD (*Loss Given Default*);
- Monitoramento das garantias;
- Relatórios analíticos para o risco de crédito.

E) Políticas

As descrições abaixo estabelecem o processo e as responsabilidades pela definição e administração das políticas de crédito e cobrança varejo e *corporate*, que abrangem: classificação de risco (*score/rating*) prazo, carência, percentual de entrada, alçadas de aprovação, aceitação de garantias, período das ações (régua de cobrança), valores (acordos, propostas, renegociações de dívida, confissões de dívida), aplicáveis aos produtos do Conglomerado Financeiro Volkswagen.

As políticas relacionadas à concessão de crédito e cobrança estabelecem:

- As condições operacionais aprovadas pela Instituição;
- Os valores e correspondentes níveis de alçada para aprovação.

Estas políticas e as exceções devem ser monitoradas e ajustadas pelo departamento de Risco para que a concessão de crédito e/ou a cobrança ocorra com a qualidade, segurança e nível de risco definidos pela Instituição. Alterações devem ser feitas também para adequá-las à realidade operacional e comercial do momento.

PROCESSO DE ELABORAÇÃO

As políticas são elaboradas pelo departamento de Risco, com o suporte dos demais departamentos envolvidos no processo, principalmente os departamentos de Crédito ao Varejo, Crédito Corporate e Cobrança, e são aprovadas pelos Comitês relacionados abaixo, conforme o tipo de política:

- Comitê de Riscos Integrados;
- Comitê de Crédito e Cobrança;



RESPONSABILIDADE

É responsabilidade do departamento de Risco tomar as seguintes providências para a implantação da política:

- Envolver os departamentos relacionados com o assunto, principalmente os departamentos de Crédito (Varejo e Corporate) e Cobrança quanto à inclusão, alteração ou exclusão da política;
- Submeter a proposta da política definida ao respectivo Comitê;
- Adaptar os parâmetros nos sistemas informatizados, quando aplicável;
- Providenciar as adequações das políticas nos procedimentos para posterior divulgação ao público interno.
- Manter toda a documentação utilizada no levantamento e aprovação das políticas, possibilitando futuras verificações e rastreamento das políticas vigentes em períodos anteriores;
- Monitorar permanentemente a aplicação das políticas (alçadas e processos) e resultados alcançados, bem como tomar ações visando o imediato ajuste, sempre que for considerado necessário.

É responsabilidade do departamento de Crédito ao Varejo, Crédito Corporate e Cobrança:

- Avaliar os impactos das políticas em processos operacionais e sistemas informatizados. Havendo necessidade de ajustes em sistemas, sugerir ao departamento de Risco as providências cabíveis e imediatas;
- Implantar as políticas junto ao pessoal envolvido na análise e concessão de crédito e cobrança (funcionários dos departamentos, escritórios de advocacia, concessionárias, promotores de venda, etc.);
- Realizar *spot check* de crédito e cobrança de documentos, processos e sistemas;
- Fornecer dados e subsídios para que o departamento de Risco de Crédito, avalie, desenvolva e busque aprovação da política na alta gerência.

GERENCIAMENTO DE CAPITAL

O gerenciamento de capital visa apoiar o processo decisório nos negócios. O risco de capital consiste no risco da Instituição não possuir capital suficiente para:

- Atingir o capital mínimo requerido pelo regulador no Brasil, uma vez que a autorização para operar como um banco é dependente da manutenção adequada do nível de capital;
- Manter o *rating* da Instituição, pois uma mudança no *rating* pode alterar diretamente o custo de captação;
- Ter condições de atingir o crescimento e estratégias traçadas.

A Instituição implementou uma estrutura para gerenciamento de capital, cujo objetivo é monitorar e controlar o capital mantido pela Instituição, avaliar a necessidade de capital para fazer face aos riscos a que a Instituição está sujeita e realizar o planejamento de metas e de necessidade de capital, considerando os objetivos estratégicos da Instituição.

A diretoria de *Back Office* foi definida como a responsável pelo gerenciamento de capital. A estrutura organizacional baseia-se em três pilares básicos para assegurar o adequado gerenciamento de capital:



APROVAÇÃO E CONTROLE DO APETITE AO RISCO

O apetite ao risco corresponde ao nível do risco que a Instituição decide assumir para atingir seus objetivos de negócio. Dessa forma, este pilar é constituído pela alta administração da Instituição, responsável pelas diretrizes e estratégias nos diferentes âmbitos da operação. O apetite ao risco é determinado em Comitês Gerenciais específicos, como Finanças, Riscos Integrados, Tesouraria e Governança, Compliance e Controles Internos (GCCl), e a supervisão e monitoramento são realizados através do Comitê Executivo e do Comitê de Auditoria.

REPORTE E CONTROLE

Nas atividades diárias, a responsabilidade pelo controle e apresentação de relatórios está nas áreas diretamente relacionadas aos Comitês Gerenciais, pois estas são as áreas funcionais da Instituição.

Este pilar é constituído pelas áreas sob a responsabilidade da diretoria de *Back Office*: Gerência Executiva de Finanças, GCCl, Gerência de Risco e Gerência de Tesouraria, com exceção da área de Risco de Mercado e Liquidez, que possui linha de reporte à diretoria de *Middle Office*, em atendimento às Resoluções do CMN nº 3.464/07 e nº 2.804/00, respectivamente.

O plano de capital é realizado para um horizonte de cinco anos, a fim de suportar a estratégia de longo prazo da Instituição e é monitorado regularmente em cenários de normalidade e estresse de acordo com e as exigências do CMN e BACEN.

ASSURANCE

Esse pilar tem como objetivo averiguar que as decisões da Instituição com relação às políticas aprovadas para o gerenciamento de capital estão sendo executadas de acordo com os procedimentos e controles desenhados pela Instituição, de forma a assegurar que a estrutura de processos internos é adequada ao porte e complexidade das operações da Instituição.

Para isso, a Instituição está submetida à avaliação do departamento de Auditoria Interna e também a revisões e exames realizados pela Auditoria Externa. O escopo e o resultado do trabalho realizado por estas auditorias são apresentados ao Comitê de Auditoria, que, dentre suas atribuições, está a supervisão e avaliação do desempenho dos auditores internos e externos.

NORMATIVAS

Conjunto de políticas, normas e manuais internos voltados à documentação e orientação das estratégias, métodos e procedimentos relativos ao gerenciamento de capital. Dentre os documentos adotados, destaca-se a Política de Gerenciamento de Capital, a qual descreve, entre outros aspectos, a estrutura organizacional, os processos organizacionais e o plano de capital.

INFORMAÇÕES DO PATRIMÔNIO DE REFERÊNCIA (PR)

A adequação do capital e o uso de capital regulatório são monitorados pela Instituição por meio de técnicas baseadas em orientações estabelecidas pelo Acordo de Basileia, na forma implementada pelo CMN e BACEN, para fins de supervisão.



O capital regulatório está dividido em dois níveis:

- a) Capital Principal e Patrimônio de Referência Nível I: composto pelo capital social, reserva de lucros, lucros acumulados do período e ajustes prudenciais referentes a saldos de ativos intangíveis constituídos a partir de 1º de outubro de 2013, após aplicação dos fatores descritos no art.11 da Resolução 4.192/13;
- b) Patrimônio de Referência Nível II: dívida subordinada qualificada nos termos do núcleo de subordinação.

Abaixo segue composição do Patrimônio de Referência para o Consolidado Econômico Financeiro, o qual foi dispensado pela Carta Circular Bacen nº 3.616/13 a partir de outubro de 2013 e substituído pelo Conglomerado Financeiro, findo nos trimestres:

Em milhares de Reais

Apuração do Patrimônio de Referência (PR)	Mar 2013	Jun 2013	Set 2013	Dez 2013	Mar 2014
Patrimônio líquido	2.093.247	2.147.949	2.182.884	2.210.694	2.281.603
Ajustes prudenciais	-	-	-	-	(668)
Capital principal	-	-	-	2.210.694	2.280.935
Patrimônio de referência nível I	2.093.247	2.147.949	2.182.884	2.210.694	2.280.935
Instrumentos de dívida subordinada	982.214	947.903	964.827	869.620	932.703
Patrimônio de referência nível II	982.214	947.903	964.827	869.620	932.703
Patrimônio de referência - PR ⁽¹⁾	3.075.461	3.095.852	3.147.711	3.080.314	3.213.638

⁽¹⁾ Conforme Resolução do CMN nº 3.444/07 até setembro de 2013 e Resolução do CMN nº 4.192/13 a partir de outubro de 2013.

DÍVIDAS SUBORDINADAS POR PRAZO DE VENCIMENTO

Abaixo segue a composição por prazo de vencimento das notas de negociação sob a condição de dívidas subordinadas nos termos de núcleo de subordinação com resgate final no vencimento, custodiadas na CETIP S.A. – Mercados organizados, cujo valor do Nível II do PR é:

Em milhares de Reais

Vencimento	Mar 2013	Jun 2013	Set 2013	Dez 2013	Mar 2014
Superior a 5 anos	653.055	652.864	656.702	651.259	642.163
Entre 4 e 5 anos	60.234	58.854	55.005	56.029	60.796
Entre 3 a 4 anos	170.877	186.118	201.802	44.199	50.108
Entre 2 e 3 anos	98.048	-	-	117.307	125.397
Entre 1 e 2 anos	-	50.067	51.318	52.730	54.239
Total	982.214	947.903	964.827	921.524	932.703
90% do saldo de Dez 2012	-	-	-	869.620	-



Os instrumentos de dívidas subordinadas elegíveis ao Nível II do patrimônio de referência devem atender aos novos requisitos de acordo com a Resolução do CMN nº 4.192/13. As operações da Instituição em 31 de dezembro de 2013, ficaram limitadas a 90% do saldo aprovado pelo BACEN em 31 de dezembro de 2012. Em janeiro de 2014, as dívidas subordinadas foram submetidas ao Banco Central para aprovação e estão em período de análise, por este motivo, conforme parágrafo 3º artigo 28 da Resolução 4.192/13, não estão sujeitas a limitação acima mencionada.

INFORMAÇÕES RELATIVAS AO PATRIMÔNIO DE REFERÊNCIA MÍNIMO REQUERIDO E ADEQUAÇÃO AO PATRIMÔNIO DE REFERÊNCIA (PR)

Patrimônio de Referência Exigido (PRE) é o patrimônio exigido das instituições financeiras para fazer frente às exposições inerentes aos riscos de suas atividades. O cálculo, baseado na regulamentação em vigor, alcança os registros nas contas ativas, passivas e de compensação. Sob a ótica do BACEN, as instituições devem manter, permanentemente, capital (Patrimônio de Referência - PR) compatível com os riscos.

O PRE é calculado considerando a soma das seguintes parcelas de patrimônio exigido, conforme Resolução do CMN nº 3.490/07 até setembro/13:

$$\text{PRE} = \text{Pepr} + \text{Pcam} + \text{Pjur} + \text{Pcom} + \text{Pacs} + \text{Popr} + \text{AdicBC}$$

Onde:

Pepr - exposições ponderadas pelo nível de risco a elas atribuído;

Pcam - exposições em ouro, moeda estrangeira e em operações sujeitas à variação cambial;

Pjur - operações sujeitas à variação das taxas de juros;

Pcom - operações sujeitas à variação do preço das mercadorias - *commodities*;

Pacs - operações sujeitas à variação do preço de ações;

Popr - patrimônio exigido para cobertura do risco operacional.

AdicBC é o aumento do valor do PRE da instituição que o BACEN pode determinar eventualmente.

Conforme Resolução do CMN nº 4.193/13, a partir de outubro/2013, a apuração dos valores dos ativos ponderados pelo risco (RWA) calculados pela Instituição são:

RWAcpad – exposição ao risco de crédito mediante abordagem padronizada e,

RWAopad – cálculo do capital requerido para risco operacional mediante abordagem padronizada alternativa.

Além disso, a Instituição deve manter PR suficiente para fazer face ao risco de taxa de juros das operações não classificadas como carteira de negociação, ou seja, a Carteira Banking. A partir



de Janeiro de 2013 a Carteira Banking é calculada por meio da metodologia de EVE – Economic Value of Equity.

Apresentamos a seguir a evolução da alocação de capital para o Consolidado Econômico Financeiro, dispensado a partir de outubro de 2013 e Conglomerado Financeiro, a partir desta data.

Em milhares de Reais

Risco de Crédito	Mar 2013	Jun 2013	Set 2013	Dez 2013	Mar 2014
Operações					
Operações de crédito e arrendamento líquido de provisão (não varejo)	1.393.304	1.438.258	1.454.460	1.508.161	1.532.666
Operações de crédito e arrendamento líquido de provisão (varejo)	681.111	692.686	695.244	713.388	653.403
Créditos tributários	105.058	108.574	110.995	124.445	131.459
Compromisso de crédito	69.694	59.457	61.970	60.633	74.208
Operações de TVM e Instrumentos financeiros derivativos	5.196	8.558	6.524	13.813	11.214
Garantias prestadas - avais e fianças e coobrigações	243	495	506	517	530
Outros ativos	93.203	98.852	101.733	148.331	130.206
Valor total alocado - RWAcpad ⁽¹⁾	2.347.809	2.406.880	2.431.432	2.569.287	2.533.686

Risco Operacional	Mar 2013	Jun 2013	Set 2013	Dez 2013	Mar 2014
Linhas de Negócio					
Varejo	29.811	29.811	31.905	31.905	33.637
Comercial	65.336	65.336	68.584	68.584	71.725
Finanças corporativas	-	-	-	-	-
Negociação e vendas	(19.093)	(19.093)	(21.222)	(21.222)	(23.030)
Serviços de agentes financeiros	-	-	-	-	-
Adicional CONEF	1.960	1.960	1.619	-	-
Valor total alocado - RWAopad ⁽²⁾	78.014	78.014	80.886	79.267	82.332

Risco de Mercado - Banking	Mar 2013	Jun 2013	Set 2013	Dez 2013	Mar 2014
Parcelas					
Prefixada em Real	26.087	49.394	46.617	75.960	67.454
Cupom de taxa de juros	-	-	-	-	-
Valor total alocado - RBAN	26.087	49.394	46.617	75.960	67.454

Patrimônio de referência (PR)	3.075.461	3.095.852	3.147.711	3.080.314	3.213.638
Ativos ponderados pelo risco (RWA)	2.425.824	2.484.894	2.512.318	2.648.554	2.616.018
Índice de Basileia	13,9%	13,7%	13,7%	12,8%	13,5%
Risco de mercado banking (RBAN)	26.087	49.394	46.617	75.960	67.454
Índice de Basileia - amplo inclui RBAN	13,8%	13,4%	13,5%	12,4%	13,2%
MARGEM SOBRE O PR CONSIDERANDO O RBAN	623.551	561.564	588.776	355.800	530.166



Segue a evolução da parcela de alocação de capital para risco de crédito, segmentada por Fator de Ponderação de Risco (FPR), conforme determinação do BACEN:

Em milhares de Reais

Risco de Crédito	Mar 2013	Jun 2013	Set 2013	Dez 2013	Mar 2014
FPR de 20%	1.316	2.898	2.737	11.180	7.831
FPR de 50%	74.389	67.023	67.372	68.320	82.054
FPR de 75%	681.111	692.686	695.244	713.387	653.402
FPR de 100%	1.575.455	1.626.165	1.648.816	1.707.665	1.611.903
FPR de 150%	15.538	18.108	17.263	17.703	117.039
FPR de 250%	-	-	-	51.032	61.457
Valor total alocado - RWAcpad ¹	2.347.809	2.406.880	2.431.432	2.569.287	2.533.686

⁽¹⁾ Circular BACEN nº 3.360/07 até setembro de 2013 e Circular BACEN nº 3.644/13 a partir de outubro de 2013;

⁽²⁾ Circular BACEN nº 3.383/08 até setembro de 2013 e Circular BACEN nº 3.640/13 a partir outubro de 2013.

INFORMAÇÕES RELATIVAS ÀS EXPOSIÇÕES A RISCO DE CRÉDITO

Com o objetivo de favorecer a melhor compreensão da carteira da Instituição, seguem informações relativas às exposições do risco de crédito. A partir do 3º trimestre de 2012, a exposição da carteira de crédito inclui as operações cedidas com retenção substancial dos riscos e benefícios.

Valor total das exposições ao risco de crédito e a média dos trimestres

Em milhares de reais

Exposição	Exposição da Carteira de Crédito				
	Mar 2013	Jun 2013	Set 2013	Dez 2013	Mar 2014
Total de Exposição	21.963.662	22.532.819	22.668.978	23.436.223	22.468.280
Média do Trimestre	21.926.202	22.224.430	22.523.434	23.000.423	22.663.483

Por fator de ponderação de riscos (FPR)

Em milhares de reais

Exposição	Exposição da Carteira de Crédito				
	Mar 2013	Jun 2013	Set 2013	Dez 2013	Mar 2014
FPR de 75%	8.575.786	8.703.192	8.716.598	8.925.555	8.185.047
FPR de 100%	13.290.002	13.714.964	13.841.541	14.397.420	13.564.426
FPR de 150%	97.874	114.663	110.839	113.248	718.807
Total de Exposição	21.963.662	22.532.819	22.668.978	23.436.223	22.468.280



Em milhares de reais

Exposição	Exposição média do Trimestre da Carteira de Crédito				
	Mar 2013	Jun 2013	Set 2013	Dez 2013	Mar 2014
FPR de 75%	8.553.574	8.651.501	8.703.803	8.842.081	8.659.524
FPR de 100%	13.275.034	13.467.956	13.714.742	14.048.934	13.681.565
FPR de 150%	97.594	104.973	104.889	109.408	322.394
Total de Exposição	21.926.202	22.224.430	22.523.434	23.000.423	22.663.483

Por Regiões Geográficas

Em milhares de reais

Regiões geográficas	Exposição da Carteira de Crédito				
	Mar 2013	Jun 2013	Set 2013	Dez 2013	Mar 2014
Região Nordeste	3.726.189	3.782.434	3.811.157	3.948.617	3.769.570
Região Sudeste	9.761.480	10.036.961	10.023.246	10.374.918	9.925.748
Região Centro-Oeste	3.867.830	3.976.329	4.023.206	4.109.812	3.946.573
Região Sul	4.608.164	4.737.094	4.811.369	5.002.876	4.826.389
Total de Exposição	21.963.662	22.532.819	22.668.978	23.436.223	22.468.280

Em milhares de reais

Regiões geográficas	Exposição média do Trimestre da Carteira de Crédito				
	Mar 2013	Jun 2013	Set 2013	Dez 2013	Mar 2014
Região Nordeste	3.716.129	3.732.569	3.785.323	3.873.167	3.816.119
Região Sudeste	9.753.336	9.868.138	9.944.795	10.170.492	10.015.714
Região Centro-Oeste	3.862.196	3.931.623	4.004.408	4.040.006	3.973.696
Região Sul	4.594.541	4.692.101	4.788.908	4.916.758	4.857.954
Total de Exposição	21.926.202	22.224.430	22.523.434	23.000.423	22.663.483

Por setor econômico

Em milhares de reais

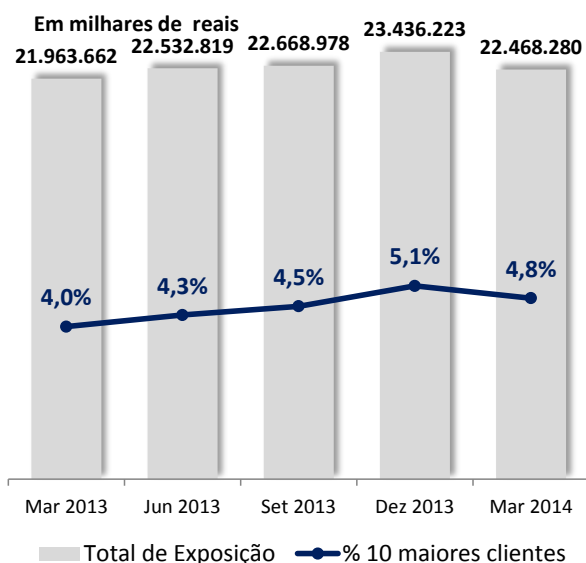
Exposição	Exposição da Carteira de Crédito				
	Mar 2013	Jun 2013	Set 2013	Dez 2013	Mar 2014
Rural	45.291	45.682	49.271	53.785	52.232
Industria	1.145.353	1.153.872	1.186.988	1.216.525	1.175.484
Comércio	5.260.153	5.659.881	5.683.721	5.834.984	5.323.355
Intermediários Financeiros	1.915	2.883	646	781	1.647
Outros Serviços	6.820.621	6.835.418	6.904.975	7.276.047	6.997.301
Pessoa Física	8.679.107	8.823.255	8.832.006	9.043.196	8.908.035
Habitação	11.222	11.828	11.372	10.905	10.226
Total de Exposição	21.963.662	22.532.819	22.668.978	23.436.223	22.468.280



Em milhares de reais

Exposição	Exposição média do Trimestre da Carteira de Crédito				
	Mar 2013	Jun 2013	Set 2013	Dez 2013	Mar 2014
Rural	44.908	45.913	47.527	53.102	52.706
Industria	1.147.219	1.141.517	1.176.311	1.208.136	1.189.481
Comércio	5.182.412	5.440.348	5.585.409	5.700.725	5.356.805
Intermediários Financeiros	1.672	2.444	1.397	742	1.322
Outros Serviços	6.882.271	6.820.707	6.887.293	7.070.455	7.066.505
Pessoa Física	8.656.370	8.761.786	8.813.986	8.956.224	8.986.193
Habitação	11.351	11.714	11.511	11.040	10.471
Total de Exposição	21.926.202	22.224.430	22.523.434	23.000.423	22.663.483

Percentual das exposições dos dez maiores clientes



Montante das operações em atraso por faixas

Em milhares de reais

Faixas de Atraso	Operações de Crédito em Atraso				
	Mar 2013	Jun 2013	Set 2013	Dez 2013	Mar 2014
Até 60 dias	3.358.562	2.538.981	2.456.682	2.208.813	2.544.279
Entre 61 e 90 dias	139.535	152.084	140.687	108.342	155.271
Entre 91 e 180 dias	282.809	255.612	254.074	223.696	184.537
Acima de 180 dias	368.006	383.586	359.171	324.944	282.245
Total de Exposição em Atraso	4.148.911	3.330.262	3.210.614	2.865.795	3.166.332



Operações baixadas para prejuízo

Em milhares de reais

Baixas para prejuízo	Fluxo de operações baixadas para prejuízo no Trimestre				
	Mar 2013	Jun 2013	Set 2013	Dez 2013	Mar 2014
Total de baixas para prejuízo	150.769	167.428	163.187	191.820	139.102

Montante de provisão para devedores duvidosos

Em milhares de reais

PDD	Provisão da Carteira de Crédito				
	Mar 2013	Jun 2013	Set 2013	Dez 2013	Mar 2014
Provisão para Devedores Duvidosos	1.059.448	1.022.680	991.876	915.391	861.950

INFORMAÇÕES RELATIVAS AOS INSTRUMENTOS MITIGADORES DO RISCO DE CRÉDITO

As operações referentes ao produto de CDC são garantidas por meio do próprio bem e da cédula de crédito bancária. Para o produto Finame são garantidas por meio do próprio bem e da nota promissória. Já para os produtos *Leasing* e *Finame-Leasing* são garantidas por meio do arrendamento mercantil dos veículos e de nota promissória. Além disso, de acordo com a classificação de risco do cliente no momento da celebração da operação, há também a possibilidade de solicitação de avalista(s) para complementar as garantias. A alienação fiduciária e o arrendamento mercantil são constituídos por meio de registro do gravame no certificado de propriedade do veículo.

Nas operações de crédito rotativo para Concessionários são solicitadas garantias de acordo com o *Rating* apurado para o Concessionário ou Grupo Econômico.

O tema garantias é tratado ainda em um documento elaborado em conjunto com a matriz Volkswagen Financial Services AG utilizado como guia para a aceitação e formalização de garantias, de acordo com o tipo de produto envolvido.

INFORMAÇÕES RELATIVAS AO RISCO DE CRÉDITO DE CONTRAPARTE

A exposição ao risco da contraparte faz parte dos limites de crédito concedidos aos clientes e na possibilidade de uma contraparte não cumprir suas obrigações.

Apresentamos a seguir o valor referente às garantias:

Em milhares de reais

Garantias	Garantias da Carteira de Crédito				
	Mar 2013	Jun 2013	Set 2013	Dez 2013	Mar 2014
Total de Garantias	25.831.041	26.234.496	27.129.021	27.047.814	26.022.146



No caso de operações de aplicações e concessão de carta fiança, é realizada uma análise de risco da contraparte para definição das instituições financeiras e respectivos valores de limites autorizados a operar/realizar operações. O monitoramento dos limites disponibilizados e o efetivamente utilizado pelos clientes é realizado diariamente pela área de gerenciamento de Risco de Mercado.

O valor referente à sobra de caixa da Instituição é aplicado em operações compromissadas lastreadas em títulos públicos (compra com compromisso de revenda) e/ou aplicação over em depósito interfinanceiro (compra final).

Valores demonstrados abaixo:

Em milhares de Reais

PRODUTO	Mar 2013	Jun 2013	Set 2013	Dez 2013	Mar 2014
Compra com compromisso de revenda	1.115.922	1.381.473	923.469	1.652.035	1.751.427
Aplicações em depósitos interfinanceiros	23.592	61.316	70.412	76.715	250.860

A Instituição negociou contratos de swap, que estão custodiados na CETIP S.A. – Mercados Organizados e encontram-se registrados em contas patrimoniais, por valores compatíveis com os praticados pelo mercado nessa data. Os instrumentos financeiros derivativos são valorizados a mercado com base nas cotações divulgadas na BM&FBovespa aplicáveis a operações com características e prazos similares.

Hedge Contábil

A estratégia de *hedge* da Instituição é proteger os fluxos de caixa futuro da variação cambial dos empréstimos no exterior, referentes ao seu risco de moeda estrangeira, como disposto na Circular nº 3.082/02. A relação entre o instrumento e o objeto de *hedge*, além das políticas e objetivos da gestão de risco, foi documentada no início da operação. Também foram documentados os testes de efetividade retrospectivos e prospectivos, ficando confirmado que os derivativos designados são altamente efetivos na compensação da variação do valor de mercado dos empréstimos. As operações de *hedge* mantidas pela Instituição em 31 de março de 2014 são classificadas como *hedge* de risco de mercado (*hedge* de valor justo).

Hedge de risco de mercado

Para proteger o fluxo de caixa futuro dos empréstimos no exterior contra exposição à variação cambial do Euro e Dólar, a Instituição possui em 31 de março de 2014, contratos de swap a vencer até 2016 com valor nominal no montante de R\$ 2.421.625. Tais instrumentos financeiros derivativos geraram ajuste a valor de mercado positivo com reflexo no resultado do trimestre findo em 31 de março de 2014 é de R\$ 107.896. No trimestre findo em 31 de março de 2014 não há parcela inefetiva relacionada a essas operações de *hedge*.

A efetividade apurada para a carteira de *hedge* está em conformidade com o estabelecido na Circular do BACEN nº 3.082/02.

As operações com instrumentos financeiros derivativos e suas classificações estão detalhadas abaixo:



1º trimestre de 2014:

Em milhares de reais

Tipo	Nocional	Vencimento	Operação	Ativo	(Passivo)	Resultado trimestre
Swap – negociação	1.178.571	Até dezembro 2018	Pré X DI	-	(693)	724
Swap de variação cambial - <i>hedge</i> de risco de mercado	1.600.795	Até novembro 2016	Dólar X DI	22.975	(69.351)	71.840
Swap de variação cambial - <i>hedge</i> de risco de mercado	820.830	Até janeiro 2016	Euro X DI	267	(10.374)	36.056
	<u>3.600.196</u>			<u>23.242</u>	<u>(80.418)</u>	<u>108.620</u>

4º trimestre de 2013:

Em milhares de reais

Tipo	Nocional	Vencimento	Operação	Ativo	(Passivo)	Resultado trimestre
Swap – negociação	1.378.536	Até dezembro 2018	Pré X DI	658	(261)	(811)
Swap de variação cambial - <i>hedge</i> de risco de mercado	779.745	Até novembro 2016	Dólar X DI	38.532	(13.068)	29.450
Swap de variação cambial - <i>hedge</i> de risco de mercado	749.355	Até novembro 2015	Euro X DI	94.617	-	50.023
	<u>2.907.636</u>			<u>133.807</u>	<u>(13.329)</u>	<u>78.662</u>



3º trimestre de 2013:

Em milhares de reais

Tipo	Nocional	Vencimento	Operação	Ativo	(Passivo)	Resultado trimestre
Swap – negociação	454.536	Até julho 2017	Pré X DI	-	(188)	(658)
Swap de variação cambial - <i>hedge</i> de risco de mercado	665.145	Até dezembro 2015	Dólar X DI	18.008	(28.436)	(30.952)
Swap de variação cambial - <i>hedge</i> de risco de mercado	411.075	Até janeiro 2014	Euro X DI	98.948	-	23.977
	<u>1.530.756</u>			<u>116.956</u>	<u>(28.624)</u>	<u>(7.632)</u>

2º trimestre de 2013:

Tipo	Nocional	Vencimento	Operação	Ativo	(Passivo)	Resultado trimestre
Swap – negociação	543.836	Até julho 2017	Pré X DI	-	(95)	909
Swap de variação cambial - <i>hedge</i> de risco de mercado	367.670	Até dezembro 2015	Dólar X DI	15.948	(1.939)	22.976
Swap de variação cambial - <i>hedge</i> de risco de mercado	701.430	Até janeiro 2014	Euro X DI	152.108	-	102.410
	<u>1.612.936</u>			<u>168.056</u>	<u>(2.034)</u>	<u>126.295</u>



1º trimestre de 2013:

Em milhares de reais

Tipo	Nocional	Vencimento	Operação	Ativo	(Passivo)	Resultado trimestre
Swap – negociação	609.346	Até julho 2017	Pré X DI	158	-	1.742
Swap de variação cambial - <i>hedge</i> de risco de mercado	254.920	Até dezembro 2015	Dólar X DI	-	(8.966)	(6.456)
Swap de variação cambial - <i>hedge</i> de risco de mercado	1.167.000	Até janeiro 2014	Euro X DI	87.132	-	(68.814)
	2.031.266			87.290	(8.966)	(73.528)

INFORMAÇÕES RELATIVAS ÀS OPERAÇÕES DE VENDA DE ATIVOS FINANCEIROS

No 4º trimestre de 2013 e no 3º trimestre de 2012, a Instituição realizou cessões de crédito na modalidade “CDC” para fundos de investimentos em direitos creditórios, dos quais a Instituição detém a totalidade das quotas subordinadas, cujo montante em 31 de março de 2014 é de R\$ 138.619. Conforme estabelecido na Resolução do CMN nº 3.533/08, as referidas cessões foram classificadas na categoria “com retenção substancial dos riscos e benefícios”. O ativo cedido foi registrado na rubrica de operações de crédito vinculadas a cessão, e o passivo assumido foi registrado como obrigações por operações vinculadas a cessão. Os valores presentes à época são:

	Ativo		Passivo	
	4º trim/13	3º trim/12	4º trim/13	3º trim/12
Driver Brasil One Banco Volkswagen FIDC Financiamento de Veículos	-	899.462	-	1.007.150
Driver Brasil Two Banco Volkswagen FIDC Financiamento de Veículos	1.021.745	-	1.067.758	-
	1.021.745	899.462	1.067.758	1.007.150



Apresentamos a seguir o saldo das exposições cedidas com coobrigação, com retenção substancial dos riscos e benefícios:

Em milhares de Reais

Descrição	Mar 2013	Jun 2013	Set 2013	Dez 2013	Mar 2014
Driver Brasil One Banco Volkswagen FIDC Financiamento de Veículos	659.777	508.601	424.655	348.025	283.299
Driver Brasil Two Banco Volkswagen FIDC Financiamento de Veículos	-	-	-	977.625	845.746
Total	659.777	508.601	424.655	1.325.650	1.129.045

* * *